N.º 7

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFECTUADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2004

Aos três dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, reuniu, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Fórum Eugénio de Almeida, sito na Rua Vasco da Gama, n.º 13, em Évora, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

Ponto único – Audição sobre o Aterro Intermunicipal do Distrito de Évora

A Mesa esteve formada por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário - João Luís latas Lázaro

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Vereador João Libório.

Participaram também, na qualidade de convidados, os seguintes dirigentes/técnicos de Instituições locais:

- **Arq.º Nuno Lecoq –** Vice-presidente da Área do Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- **Eng.º Jorge Garcia** – Director de Serviços da Área do Ambiente da CCDRA;
- **Eng.º Alfredo Barroso** – Presidente da Associação de Municípios do Distrito de Évora;
- **Eng.º Jorge Quintas** – Técnico do Ambiente da AMDE;
- **Dr. Carlos Pinto de Sá** – Presidente do Conselho de Administração da GESAMB;
- **Dr. António Marcão** – Director-geral da GESAMB;
- **Eng.ª Ana Silva** – Directora Técnica da GESAMB;
- **Prof. João Paulo Almeida Fernandes** – Ligado à Área do Ambiente da Universidade de Évora.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** agradeceu a presença e a disponibilidade das individualidades supramencionadas e fez menção à ausência da Administração Regional de Saúde, cuja atitude lamentou, depois de lhe ter garantido que se faria representar, a qual acabou por enviar um fax.

Posteriormente proferiu as seguintes palavras: "*Estava a pensar utilizarmos o seguinte método, se estiverem de acordo: daríamos primeiramente a palavra à Associação de Municípios, enquanto entidade accionista maioritária da empresa, depois à GESAMB, de imediato à Universidade e, por último, à CCDRA. Após as intervenções lerei o fax da ARS. Depois destes depoimentos, deixaríamos os nossos convidados expor os seus pontos de vista, tomaríamos as devidas notas e no final podíamos reservar um pequeno período para pedidos de esclarecimento, já que um eventual debate sobre o tema fá-lo-emos noutra sessão, em função da informação aqui recolhida e se, da avaliação que fizermos, concluirmos que se justifica a realização dessa discussão posterior. Não sei se querem fazer alguma sugestão melhor do que aquela que eu estou a propor*"?

Em virtude de ninguém ter pedido para usar da palavra, o Sr. **Presidente** acrescentou: "*Esta questão do Aterro Sanitário e do seu eventual mau funcionamento, com alegados perigos para o ambiente e para a saúde pública, tem vindo a ser suscitada quer por alguns munícipes, que nos têm feito chegar essa preocupação, quer por alguns membros da A. M. em sessões anteriores. Foi consensualmente estabelecido, entre a Mesa e os lideres das diferentes bancadas, a realização desta audição, para que fosse possível aos Srs. deputados municipais recolherem um conjunto de informação diversificada por parte dos principais intervenientes, de modo a poderem ficar mais habilitados e a poderem participar de maneira mais fundamentada num hipotético debate*".

Posto isto, falou o Sr. **Alfredo Barroso**, que disse: "*Foi com muito gosto que a AMDE acedeu vir a esta audição sobre a temática do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora e eu, no âmbito das minhas funções de Presidente da referida Instituição, já acompanhei, há muitos anos, todo este processo desde os primeiros passos, estudos, ideias e projecções. Preparámos uma informação histórica de tudo o que aconteceu, que vai ser prestada pelo Eng.º Quintas, e num ou noutro caso, se se revelar oportuno, eu próprio também introduzirei alguns dados complementares*".

De imediato, interveio o Sr. **Jorge Quintas**, afirmando: "*O Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Distrito de Évora é constituído por 12 concelhos, sendo que só Viana e Portel não aderiram. Abrange uma área próxima dos 6.400 km^2 para um universo de 160.000 habitantes. A sua entidade gestora foi, até 2003, a AMDE e a partir de 2004 passou a ser a GESAMB.*

Dando uma noção sobre a estratégia da acção da Associação de Municípios em todo o processo ao longo do tempo, tudo começou com a elaboração do Plano Director de Resíduos Sólidos Urbanos do distrito. A Associação continuou com a sua actividade com o planeamento, o projecto e a construção das infra-estruturas, que tinham sido definidas no âmbito do mencionado Plano Director, e desenvolveu outras acções complementares, nomeadamente estudos de localização, caracterização de RSU's, modelos de gestão do sistema, aquisição de terrenos, etc., e teve também um papel fundamental na obtenção das garantias de financiamento para edificação das infra-estruturas. A actuação da AMDE não se esgota aqui, uma vez que está a desencadear estudos e projectos necessários ao enquadramento futuro do aterro.

Agora irei apresentar uma pequena cronologia com as principais acções que se foram realizando ao longo do tempo: 94 e 96 foram os anos de elaboração do Plano Director de Resíduos Sólidos, que

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

se desenvolveu em três fases; em 97 estudaram-se os locais para a construção das infra-estruturas e estabeleceram-se alguns contactos no sentido de ver se era possível, no contexto da II QCA, erigir algumas delas; em 98 e 99 incrementaram-se os projectos de encerramento das lixeiras, fez-se o estudo do modelo institucional e tarifário do sistema, efectuaram-se cálculos de caracterização de RSU's, expropriação de terrenos, ensaios geológicos e geotécnicos do local do aterro e preparou-se o programa base para a sua concepção e edificação; 2000 e 2001 foram anos de concursos públicos e de adjudicações, dá-se início à construção do aterro em Maio de 2001 e obtém-se o licenciamento ambiental, de acordo com a legislação; em 2002 começou a exploração da infra-estrutura, entrou em funcionamento a Estação de Transferência de Mora, ocorreu o grosso do encerramento e recuperação ambiental das lixeiras e lançou-se novos concursos, nomeadamente para a aquisição dos ecopontos superficiais; em 2003 arrancou a exploração das Estações de Transferência de Borba, Montemor e Reguengos, colocaram-se ecopontos, principiou a campanha de sensibilização, adquiriram-se viaturas necessárias à recolha dos resíduos e começou a erecção do centro de triagem; em 2004 fundou-se a GESAMB, prosseguiu a campanha de sensibilização, avançou a exploração do centro de triagem, finaliza a instalação dos depósitos para o lixo e decorreu o concurso e a adjudicação para a empreitada de concepção e edificação dos ecocentros. Para 2005 perspectiva-se a construção dos ecocentros, irá continuar a última fase prevista para acções de sensibilização e informação da população e avançar-se-á com o desenvolvimento de actividades para a produção de resíduos biodegradáveis, em conjunto com as associações de municípios do Alentejo. O investimento total estimado para o projecto situa-se nos vinte milhões de euros.

Relativamente à localização do aterro, o estudo de avaliação decorreu em 97, o qual apontava a sua situação para a zona de Évora, porque tinha sido já feita a determinação do geocentro de produção dos resíduos neste conjunto de concelhos. Em face das soluções apontadas no relatório final do plano, foi estabelecida uma área para se implantar o aterro, compreendida entre as estradas de Montemor e de Reguengos, numa faixa entre os 5 e 10 quilómetros de distância de Évora. Esta metodologia foi concertada entre as entidades ligadas ao Ministério do Ambiente e o município de Évora. Foram seleccionadas 4 herdades (Almamizes, Alcamizinhos, Alfarrobeira e Pereira), tendo a análise de apreciação chegado à conclusão que a Pereira seria o local mais indicado, seguindo-se depois Alfarrobeira, Almamizinhos e Alcamizes. O estudo foi posteriormente submetido ao parecer das entidades intervenientes e a Direcção Regional do Ambiente pronunciou-se favoravelmente só aos três últimos locais. A Câmara de Évora considerou mais vantajosas as propriedades Pereira e Alfarrobeira. Daqui resultou o entendimento que a melhor opção seria a herdade de ***Alfarrobeira*** *e foi a partir daí que o local ficou escolhido, tendo depois sido encetadas as diligências sequenciais para aquisição do terreno. Ambas as partes fizeram a avaliação do mesmo, não tendo sido possível chegar a um acordo, o que provocou a sua expropriação, com a declaração de utilidade pública em Março/99 e a respectiva posse administrativa em Junho/99.*

A área ocupada para deposição de resíduos é de cerca 6,5 ha, para um volume de encaixe de 1.000.000 m^3 e uma vida útil de projecto de 15 anos".

Reforçando a dissertação do orador antecedente, o Sr. **Alfredo Barroso** participou: "*Ao longo do processo aconteceu que, no momento em que os municípios andaram a conversar, as verbas do QCA II acabaram e houve necessidade de esperar pelo dinheiro do QCA III para começar a obra e esse compasso de espera foi o resultado de não ter havido uma definição clara por parte deles para avançar*".

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

"O concelho de Évora produz 40% dos RSU's do distrito, por razões compreensíveis, e foi por isso que, quando foi realizado o estudo sobre a localização do aterro, se optou por implantá-lo no dito, sendo que nos seus primeiros anos de funcionamento foram recebidas terras e entulhos provenientes do município eborense. De acordo com a legislação, a resolução da questão dos inertes cabe às entidades produtoras, isto é, as autarquias não têm responsabilidade sobre a matéria. O problema é que, neste momento, ninguém assume essa responsabilidade, porque ninguém os trata. Então o que é que acontece? Como as câmaras não tratam os entulhos, eles aparecem espalhados ao longo das estradas. Assim, entendeu-se fazer um esforço no sentido do aterro poder acolher uma quantidade significativa de inertes e terras, até que aparecesse uma entidade para solucionar o problema. Infelizmente, esta situação continua sem resolução. Mas temos agora uma questão mais grave: é que para dar essa resposta o aterro recebeu um conjunto muito significativo de entulhos, que é proibido por lei, ou seja, a partir do início do próximo ano nós não vamos poder continuar a acolhê-los, dado que já fomos advertidos pela CCDRA nesse sentido. No máximo, só podemos depositar 10% da capacidade da infra-estrututa.

Para além dos lixos indiferenciados, a GESAMB também faz a recolha selectiva, que é efectuada através dos ecopontos espalhados por todo o distrito, sendo que, a partir de Março deste ano, ela começou a ter capacidade para tratar directamente os resíduos, tendo já recolhido 1110 toneladas de papel/cartão, 277 toneladas de plástico e de metal e 1641 toneladas de vidro, para além de 2 toneladas de pilhas, 53 toneladas de embalagens de madeira e 346 toneladas de pneus. Com respeito a este último produto, as autarquias também não têm obrigação de o tratar, só que também é um problema, tal como os entulhos. Felizmente que já existe uma empresa em Sines, a VALORPNEU, que aceita pneus e a GESAMB já tem essa ligação directa com ela, o que assegura a sua reciclagem.

O aterro, para funcionar, teve que adquirir uma licença ambiental, a qual tem que respeitar um conjunto de parâmetros, que possui uma monitorização regular, pois que são feitas análises diárias, mensais, trimestrais e anuais. É importante dizer que este tipo de acompanhamento é depois fiscalizado por uma série de entidades, tais como: a CCDRA, o Instituto de Resíduos, a Inspecção Geral do Ambiente e a Administração Regional da Saúde. Todas estas análises e resultados são depois objecto dum relatório anual. Do conjunto das análises que temos, a generalidade dos parâmetros estão dentro dos valores legais, existindo um controlo muito apertado relativamente às águas subterrâneas para abastecimento e à libertação do biogás, sendo este o causador dos maus cheiros que se fazem sentir na estrada de Alcáçovas. Este problema pode, porventura, vir a ser substancialmente reduzido se for permitida a queima do biogás.

No que concerne às águas residuais, há um tratamento próprio realizado através de osmose inversa, com um controlo muito rigoroso, tendo havido, em certa altura, algumas situações anómalas, em termos do funcionamento regular da osmose. Agora já está tudo normal e os resultados têm sido excelentes, de tal forma que vamos poder utilizar este tipo de águas em lavagens, regas ou para reservas de incêndios.

Uma outra área de controlo prende-se com os lixiviados gerados em aterro, cujos valores estão dentro daquilo que está consignado na legislação.

Houve aqui uma situação que há pouco não foi falada mas que foi determinante para a localização do aterro, que tem a ver com os ventos dominantes. Existiram, salvo erro, duas localizações em que, supostamente, os ventos dominantes empurrariam os cheiros para cima da cidade de Évora e essa foi uma das questões que motivou a que a DRAOT e a Câmara de Évora se tivessem manifestado contra esses espaços. O vento dominante da zona do aterro é controlado e, tanto quanto sabemos,

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

não é direccionado nem para esta urbe nem para a região de Valverde. Não existem cheiros significativos perto da infra-estrutura, mas em dias em que chove muito e a seguir faz sol, eles são sentidos com alguma intensidade.

Em Junho de 2004 o aterro foi objecto de uma inspecção por parte da Direcção Geral do Ambiente e não tivemos qualquer notificação de incumprimento do sistema.

Para terminar, permitam-me que vos fale em 2 ou 3 reparos importantes: ***Primeiro*** *– Temos um incumprimento legislativo no nível relativo ao azoto, que é comum a todos os aterros sanitários existentes em Portugal, porque os valores máximos que foram estabelecidos para esse parâmetro são inatingíveis, sendo preciso rediscuti-lo;* ***Segundo*** *– A deposição de entulhos durante 2 anos gastou o período de 5 anos do aterro;* ***Terceiro*** *– O tarifário que foi acordado para os vários tipos de lixos, tem em conta determinados pressupostos do estudo de viabilidade da empresa, a qual tem que ter o seu equilíbrio financeiro. Como compreenderão, é diferente ter um estudo de viabilidade em que se preveja a utilização dum aterro durante 10 anos, que é o caso deste, do que outro ao longo de 20 anos. Se, porventura, não for possível usar a infra-estrutura por mais de 10 anos, isto significa que, em termos de tarifa, ocorrerá um agravamento de 5 euros/tonelada*", explicitou seguidamente o Sr. **Carlos Pinto de Sá**.

Logo após, falou o Sr. **João Paulo Fernandes**, asseverando: "*A Universidade de Évora não foi envolvida em quaisquer das fases dos processos que aqui foram descritos, apesar das capacidades que possui para os acompanhar. Contudo, há um conjunto de questões que, quer do ponto de vista científico, técnico e até no plano da inserção da própria Universidade na comunidade sócio-económica, cultural, etc., me parece que são importantes aqui realçar. A primeira tem a ver com a análise do processo para trás, isto é, com a avaliação dos pressupostos em que os processos decorreram e, fundamentalmente, com a verificação de que se algumas circunstâncias se alteraram em relação ao presente e que implicações é que isso tem, em termos dos pressupostos do funcionamento actual. Por exemplo, quando a AMDE fez o seu estudo, os dados apontavam para uma determinada produção de lixos, sendo que actualmente ela é diferente. Ora, isso implica, conforme foi agora referido na intervenção da GESAMB, que os pressupostos de financiamento e de viabilidade económica da empresa intermunicipal estão completamente alterados, tal como do funcionamento técnico do aterro, porque a quantidade de resíduos orgânicos que lá entram diariamente é diferente daquela para a qual o aterro foi desenhado.*

Outro aspecto prende-se com os parâmetros económicos.....(devido ao desgaste da cassete n.º 2, torna-se praticamente impossível continuar a reproduzir as afirmações deste convidado, uma vez que há sobreposição de vozes, conseguindo-se ouvir mais à frente as palavras que se passam a relatar).....*quanto mais cedo nós conseguirmos cumprir a tal directiva comunitária, que diz «reduzir a matéria orgânica que chega ao aterro», mais depressa estes problemas se resolvem, pelo que aquilo que eu poderei dizer, do ponto de vista técnico, é que é necessário uma concertação entre todos os envolvidos e os envolvíveis, no sentido de ver que soluções podemos nós desenvolver, quer no sentido de analisar e corrigir o presente, quer, essencialmente, na mira de perspectivar e assegurar a qualidade do futuro. O Sr. Reitor mandatou-me para transmitir a inteira disponibilidade da Universidade, do ponto de vista técnico, laboratorial, etc., para garantir essas análises, mas, fundamentalmente, existem todas estas preocupações, no que concerne ao futuro, que também consideramos que são importantes equacionar e para as quais também estamos dispostos a dar a nossa colaboração, obviamente como membros activos e participantes interessados desta comunidade*".

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Adiante, tomou a palavra o Sr. **Nuno Lopes**, que enunciou: "*Estou no cargo há muito pouco tempo e, portanto, não conheço em pormenor toda esta situação, pelo que socorri-me duma «bengala», que é o Sr. director de serviços Jorge Garcia.*

Recebemos algumas cartas de pessoas que têm manifestado um certo mal estar perante uma ou duas coisas que, eventualmente, poderão ter corrido menos bem no aterro.

Penso que há cinco grandes vertentes na questão do supracitado, que são: os resíduos sólidos urbanos, a componente dos resíduos industriais banais, a recolha de pneus, a central de triagem e o ecocentro. A CCDR fez, e faz, o acompanhamento da obra e actuou ao nível do licenciamento e da fiscalização. Julgo que a infra-estrutura poderia estar um poucochinho melhor....."(neste ponto termina a face 1 da cassete n.º 2 e virando-se a mesma para o lado 2, constata-se que nada ficou gravado, escutando-se apenas vozes doutra sessão, o qual deveria conter, basicamente, o teor da alocução do Sr. Jorge Garcia e o início do depoimento do Sr. Andrade Santos).

Assim, posta a cassete n.º 3, ouve-se o Sr. **Andrade Santos** dizer: "*.....Gostaria de saber como é que a GESAMB encara a questão dominante que aqui foi colocada pelo representante da UE, que é a da viabilidade deste processo, tendo em conta que há que garantir, actualmente, não só o funcionamento do sistema em rotina e alguns investimentos que, porventura, tenham que ser feitos para a sua concretização, mas também para assegurar a continuidade do processo, quando dentro de oito anos e meio este aterro estiver totalmente ocupado.*

Finalmente, não queria deixar de sublinhar que toda a informação até aqui produzida desmente cabalmente o alarme criado em torno desta questão e, portanto, felicito a Assembleia pela iniciativa tomada".

Havendo seis pedidos de inscrição, o Sr. Presidente sugeriu que ocorressem primeiro três intervenções e depois os respectivos esclarecimentos por parte das entidades interpeladas, fazendo-se posteriormente uma segunda volta. Esta metodologia mereceu o consenso por parte dos presentes.

Nesta conformidade, seguiu-se um apontamento do Sr. **Rui Rosado**, que exprimiu: "*Um aterro desta natureza é uma matéria delicada, em termos de comunidade, uma vez que se trata duma preocupante concentração de produtos da actividade do homem, cujos efeitos, com a tecnologia de hoje, parecemos conseguir dominar, mas, potencialmente no futuro, talvez venhamos ainda a descobrir alguns aspectos que não estão ainda controlados.*

Fiquei com algumas dúvidas e pedia, se fosse possível, mais alguns esclarecimentos. O pormenor do biogás e todo o carácter que isso representa no mal estar das populações, o qual provoca mau cheiro, e da capacidade ou da brevidade de lhe darmos alguma solução.

Outra questão que eu fiquei com dúvidas prende-se com o azoto. Falou-se aqui neste tema mas não fiquei claramente elucidado.

Por outro lado, o lixiviado actual está ou não controlado? Isto porque me dá a ideia de que se precisa investir proximamente e que ele estará a níveis ainda não completamente dominados.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Também o assunto das aves, como vectores de contaminação, poderá ser considerado relevante, porquanto elas pastam em zonas de alta concentração de matéria orgânica putrefacta, pelo que eu gostava de saber se isto é ou não uma matéria que pode trazer factores gravosos para a saúde pública. Lembro-me agora, por exemplo, que eclodiu recentemente um surto de hepatite em vários concelhos do nosso distrito que nos estão a dar alguma preocupação".

"*De acordo com as informações que eu pude recolher na visita que fizemos no dia 20 de Março deste ano ao aterro e segundo o que foi falado na assembleia de 5 de Junho/04, em N.ª Sra. da Tourega, a capacidade máxima do mesmo é de 1.000.000 de toneladas. Estarão já utilizadas, eventualmente, 300.000 toneladas e anualmente estão a ser depostas 150.000 toneladas. Estas contas dizem-nos que existirão disponíveis, supostamente, 700.000 toneladas de espaço útil, pelo que estamos perante uma expectativa temporal de 4/4,5/5 anos, se se mantiverem os níveis de produção e de deposição de resíduos sólidos. Comparativamente com os 20 anos previstos inicialmente, é uma redução significativa do tempo de vida útil.*

Após os referidos 4/5 anos, ou algo mais, onde é que se vai localizar a nova infra-estrutura para colocação dos lixos? Estaremos numa perspectiva de aumentar a área do actual aterro para que nele sejam depositados os futuros resíduos, após o esgotamento da capacidade existente neste momento, ou estaremos a ponderar já num cenário para outra localização? Estaremos nós a pensar, por razões económicas, em ampliar aquilo que já existe, porque não há dinheiro para fazer outro noutro sítio?

Qual será a altura máxima que irá ter a colina artificial quando o aterro estiver completamente esgotado"?, proferiu e interrogou o Sr. **Bravo Nico** de imediato.

Prontificando-se a responder às questões postas, o Sr. **Alfredo Barroso** argumentou: "*Em Dezembro/01 havia uma pressão, fruto duma decisão comunitária visando o encerramento de todas as lixeiras e pôr-se a funcionar todos os aterros, pelo que a edificação da unidade local foi iniciada com base na mesma e de tal forma que ela começou a laborar em Janeiro de 2002, sendo que mantivemo-nos com as estações de transferência provisórias durante 2 anos.*

No que toca aos entulhos, o grande problema é que não existe um local no distrito de Évora para os depositar. Há entulheiras em Lisboa e em Beja, mas esses destinos são demasiado longe para as empresas que fazem a recolha e isso não funciona. Évora, com o nível de construção que tem, foi onde o problema se fez sentir mais, tendo ocorrido um tolerar da situação até ao momento em que não foi possível continuar a consentir e isto para não criar ao município eborense um bloqueio completo acerca da matéria.

Sobre o apontamento do Sr. representante da UE, com respeito ao cumprimento da directiva comunitária alusiva à matéria orgânica, é bom que se saiba que nós estamos a falar de um investimento perto dos 14.000.000 de euros, que irá ter um financiamento na ordem dos 9.000.000 de euros, para em 2016 tratarmos 200.000 toneladas de lixos. Um estudo económico realizado com base nestes números, diz-nos que tratar cada tonelada de matéria orgânica irá custar 150 euros, quando agora importa em 30 euros. Todos, em conjunto, temos de ver qual será a melhor solução para darmos cumprimento a estas directivas sem estarmos a onerar as autarquias e os munícipes.

No que se refere ao discurso do Sr. Bravo Nico, elucido que este equipamento teve um investimento superior a 20.000.000 de euros e uma grande parte é fixa, pelo que aquilo que for desaproveitado cairá sobre os municípios e sobre todos nós. Eu, neste momento, tenho uma opinião muito clara de

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

que temos que rentabilizar aquela infra-estrutura. Mas daqui a 10 anos será que esta geração de aterros estará a funcionar? Há um conjunto de factores que condicionam estas coisas e eu acho que não podemos pegar nos números de hoje e transpô-los para daqui a uma década".

Por sua vez, o Sr. **Carlos Pinto Sá** explicou: "*Em primeiro lugar, quero deixar aqui a seguinte reflexão pessoal: o Sistema Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos é perfeitamente injusto e discriminatório para o interior do país, isto é, nós pagamos 6 ou 7 vezes mais por esta tarefa do que pagam as grandes concentrações populacionais. Eu penso que este é um pormenor que, do ponto de vista político, terá que ser analisado e ponderado, no sentido do interior não continuar a ser penalizado. Isto é tanto mais urgente quantas as matérias que já foram aqui faladas, no que se refere ao tratamento dos biodegradáveis, que vão atirar para valores que são impagáveis pelos orçamentos camarários actuais, a não ser que se considerem aumentos absolutamente exorbitantes de taxas para os munícipes.*

No que concerne à duração do aterro, no estudo previa-se logo o aumento de 2 ou 4 células, não sei ao certo, e isto é importante porque, no plano económico, se se decidir que se expande tem um custo e se se optar pelo encerramento daquele e relocalizá-lo, significa que existem encargos fixos que vão ter que ser repetidos noutra zona qualquer.

No que se reporta aos entulhos, não há qualquer produtor em Montemor, por exemplo, que agarre neles e esteja disposto a percorrer 30 quilómetros para os descarregar no aterro. Ainda assim, entendemos cobrar um valor pelos entulhos despejados no dito, o que quer dizer que foi possível não aumentar a tarifa do tratamento dos lixos.

Com os pneus aconteceu o mesmo, na medida em que nós recebemo-los e entregamo-los, sendo bom realçar que, ao contrário de todos os outros sistemas, as câmaras aderentes não estão a pagar os recicláveis.

Sobre as análises, elas são feitas por empresas credenciadas, escolhidas mediante concurso público, promovido pela AMDE.

Quanto ao biogás, já foi adquirido o equipamento destinado à sua queima, cujo investimento andará na ordem dos 175.000 euros, prevê-se que entre em funcionamento no primeiro trimestre do próximo ano e a informação que tenho é a de que ele tem que ter níveis de metano e hidrogénio suficientes para poder arder.

Acerca dos lixiviados, estão completamente controlados.

No que toca aos pássaros, isso é, não só, um problema dos aterros, como o é de ordem geral, porque temos também os pombos nas zonas urbanas, não se podendo dizer que o conseguiremos resolver a situação a 100%. De qualquer modo, esclareço que foram realizados investimentos em canhões de ar e em sons de aves em pânico, para se tentar, dentro da medida do possível, solucioná-lo.

Por último, é verdade que existe uma concentração da actividade do homem, mas com os dados que temos actualmente eu diria que com o encerramento das 22 lixeiras e com a implementação deste aterro, eu acho que demos um pulo significativo, do ponto de vista ambiental e da saúde pública, que é de relevar, embora ninguém possa assegurar que esta situação não possa, a prazo, alterar-se".

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Por seu turno, o Sr. **Jorge Quintas** esclareceu: "*A componente geológica foi analisada no estudo de localização, a qual foi ponderada nos 4 sítios propostos, sendo que a pontuação atribuída foi de 4 pontos para um máximo de 5. Posteriormente foi efectuado o exame geológico e geotécnico da herdade da Alfarrobeira, já na qualidade de espaço escolhido para o aterro, o qual foi muito aprofundado e que serviu de base ao caderno de encargos que esteve em concurso público e que veio fornecer alguns elementos sobre a estrutura geológica e hidrogeolólica do dito, que evidenciava uma permeabilidade bastante razoável, mas aquém daquilo que é exigido em termos de directiva.*

No que se refere ao horizonte de vida do projecto, o programa que deu origem ao caderno de encargos da infra-estrutura foi elaborado com base numa estimativa do estudo de caracterização que nós tínhamos desenvolvido no Plano Director de Resíduos e essa caracterização foi feita com os lixos sólidos efectivamente produzidos pelos municípios em 96. Quando se encerraram as lixeiras e se colocou em funcionamento o aterro, nós apercebemo-nos que o conjunto de resíduos que era abrangido pelas lixeiras era muito mais vasto que os RSU's. Acresce a esta realidade o facto de no distrito de Évora, de uma forma inexplicável, os valores de capitação terem disparado completamente entre 1997 e 2002, pelo que isto pode, de alguma maneira, elucidar a questão da diminuição da vida útil da infra-estrutura.

Ainda sobre os lixiviados, quando foi concebido o projecto nós tivemos, na fase de decisão da adjudicação, algum cuidado com o respectivo sistema de tratamento e escolhemos aquele que nos pareceu o mais adequado, atendendo à experiência que havia, para este tipo de situação, tendo sido implementado um equipamento com lagoas e com osmose inversa. Isto quer dizer que desde início do funcionamento os lixiviados gerados no aterro estão perfeitamente sob controle.

Também quanto ao tempo de vida útil do aterro, o Dr. Bravo Nico fez alguma confusão entre tonelagem e m^3, que não é a mesma coisa. A capacidade é de 1.000.000 m^3, que corresponde, em termos de projecto e utilizando como peso específico médio dos resíduos 0,8, a um espaço para 800.000 toneladas. Enquanto a AMDE geriu a infra-estrutura as taxas de compactação eram claramente superiores à do projecto, significando isto que conseguimos meter mais toneladas no mesmo volume, podendo, assim, a vida útil estar mais assegurada.

Há ainda a participar que uma parte substancial dos entulhos, pelo menos em 2003, não foram depositados no aterro, mas sim num reservatório de terras para servirem, posteriormente, para a cobertura dos lixos, independentemente de constarem na nossa base de dados de entrada deles.

Para concluir, e em relação à altura máxima, os projectos que se apresentaram a concurso indicavam uma medida entre os 20 e os 25 metros. O que está previsto neste creio que são 22 ou 22,5 metros, não sei ao certo".

Findas estas explicações, seguiu-se outro ciclo de interpelações aos convidados, tendo o Sr. **João Valverde** interrogado e afirmado: "*Porque é que o aterro não foi construído na herdade da Pereira, tanto mais que aquele sítio seria o único em que os ventos não empurrariam os maus cheiros para a esta cidade? E porque é que não feito um estudo de impacto ambiental nos 4 locais? Porque é que isto não veio à Assembleia Municipal, que é o Órgão máximo do concelho, para nós tomarmos conhecimento e para nos explicarem o que ia ser feito? Porque é que a Universidade de Évora não foi envolvida no processo?*

Estando a capacidade da infra-estrutura a ser preenchida mais depressa que o previsto, sinto-me preocupado por não saber se ela vai ser aumentada ou se vão edificar uma nova unidade, porque no

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

princípio a AMDE afiançou que a supracitada não seria alargada, pelo que eu peço esclarecimentos sobre a questão.

Outra garantia dada pelo Sr. Presidente da AMDE foi a de que o concelho de Évora, por ir acolher o lixo dos outros municípios, iria ter contrapartidas, nomeadamente autorização para depositar os entulhos no aterro e melhoramentos ambientais na área envolvente. E hoje o que é que vimos? Vimos lixo espalhado em redor da infra-estrutura, sem haver alguém que controle a situação, e a Câmara local a não ter permissão para colocar lá os entulhos, apesar de pagar uma taxa elevada. Não será já altura para a GESAMB implementar melhores soluções a nível da reciclagem? Na minha aldeia existem apenas 3 ecopontos à entrada e alguém acredita que as pessoas, que não foram educadas para o efeito, se desloquem centenas de metros para depositar os resíduos neles? O que está em causa não é o aterro, mas sim o seu regulamento, que não é cumprido, pois que o cheiro é nauseabundo, o lixo é amontoado durante vários dias sem ser enterrado, os líquidos escorrem pelos morros abaixo sem existirem uns drenos que os encaminhem para a estação de tratamento, a fim de serem tratados, há imensos pneus empilhados, etc..

Por fim, faço saber que houve alguém, que não se quis identificar, que me telefonou um dia às 22,30 horas informando-me que existe a intenção de se implantar na pedreira do Monte da Flores uma lixeira de resíduos tóxicos de alto risco, provenientes de várias indústrias portuguesas, o que me leva a supor que estão a querer fazer de Évora uma estrumeira nacional, pelo que eu pergunto se isto é verdade e se a edilidade eborense tem conhecimento disto"?

Logo após, o Sr. **José Mateus** comentou: "*Os entulhos são um problema grave neste distrito e é preocupante ouvir pessoas responsáveis do sector do ambiente remeterem a questão para o cumprimento da legislação. No dia em que foi proibido depositar os entulhos onde era habitual, seria engraçado que todas os indivíduos que executam obras em casa tivessem parado, as quais ainda estariam, certamente, por fazer. De facto, sabendo-se o tempo que demora a elaboração e a aprovação de qualquer projecto para o efeito e desde o dia em que foi encerrada a entulheira até hoje, se calhar não haveria um depósito legal para colocá-los.*

Um amigo meu foi notificado, há 2 ou 3 anos, para remover um monte de entulho que alguém pôs num seu terreno e foi-lhe enviado em anexo uma cópia da legislação, tendo ele que separar os diversos materiais (ferro, cimento, pedras, plástico, etc.) e entregá-los a empresas da especialidade. Fomos perguntar onde é que estas existiam e no Ministério do Ambiente informaram-nos que não havia qualquer unidade do ramo.

Eu sou Presidente duma Junta de Freguesia onde todos os dias nascem entulheiras, as quais não são originadas pelos construtores civis, mas sim pelos proprietários das casas que nelas fazem pequenos arranjos. Será que quando obrigarem esses indivíduos a irem descarregar os entulhos a Setúbal ou a Londres eles têm dinheiro para pagar? Será que essa lei é justa e pode ser aplicada em Évora? Eu penso que não! Os responsáveis locais pela aplicação do diploma fazem o quê? Limitam-se a não fiscalizar! O Dr. Carlos Pinto de Sá conhece bem o problema, uma vez que de Montemor, do Ciborro ou de Lavre, por exemplo, ninguém vem a Évora de propósito para despejar uma carrada de entulho, é evidente. O ónus da remoção desses entulhos vai pertencer às câmaras, dado que serão elas que os terão que retirar das estradas no futuro. Actualmente existe uma solução praticada por muitas pessoas: abre-se um buraco no chão e enterra-se o entulho. Isto é um caso que tem que ser resolvido a curto prazo, sendo necessário actuar, mas já lá vão tantos anos e ninguém o soluciona.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Em relação ao aterro, aquilo é uma coisa nova, não havia experiência, há muito que aprender e, às vezes, os cálculos também saem errados, mas o que é certo é que ele funciona e vê-se que existe esforço por parte das entidades responsáveis em melhorar a situação, em educarem as pessoas e em arranjarem locais para se proceder à reciclagem".

Depois, o Sr. **Jorge Lourido** inquiriu e salientou: "*Existe alguma possibilidade de relacionar um foco de hepatite no concelho com o aterro de Évora? E em caso afirmativo, se essa possibilidade não seria incomensuravelmente maior se estivessem em actividade as 22 lixeiras?*

No que toca aos entulhos, eu faço minhas as palavras do orador antecedente, na medida em que há já alguns anos que a entulheira foi fechada e creio que é responsabilidade da Câmara encontrar um espaço alternativo. Do ponto de vista de se poder rentabilizar este tipo de lixo, de momento essa resposta não existe, pelo que se deverá procurar optar por outra solução, como, por exemplo, as já faladas pedreiras do Monte das Flores".

Prontificando-se a responder a algumas das questões levantadas, o Sr. **Carlos Pinto de Sá** elucidou: "*Sobre a expansão da infra-estrutura, está previsto, no projecto inicial, o seu alargamento e a decisão caberá, por um lado, à Câmara de Évora e, por outro, aos 12 municípios deste distrito, uma vez que esta matéria tem implicações económicas gravíssimas e há que ter isso em conta.*

Paralelamente quero frisar que o sistema foi calculado para que os concelhos não fossem beneficiados nem prejudicados, nomeadamente no que se refere às distâncias, de forma a que o sítio do aterro permitisse que os custos de transporte fossem minorados em relação àquilo que teriam com outro tipo de localização. A vantagem dum sistema intermunicipal é exactamente este: junta esforços e coopera, para que se reduzam os encargos económicos e ambientais, visando uma melhor solução que a técnica actual possibilita.

O aterro dispõe de toda a documentação alusiva às análises que a legislação obriga e tem garantida uma fiscalização periódica independente, que é feita quando é entendido e que não avisa previamente que lá vai, não se justificando algumas dúvidas aqui colocadas.

No que concerne ao lixo tóxico, desconheço totalmente essa situação, dado que com a GESAMB não tem sido nada tratado.

A AMDE inclui, neste momento, todas as autarquias do distrito e tem realizado um trabalho, que eu considero notável, de consensualização de posições. O único caso em que se rompeu o consenso foi o do abastecimento de água, em que houve câmaras que escolheram um tipo de sistema e outras optaram por outro.

Falou-se aqui no tema dos ecopontos. Por exemplo, no levantamento que fizemos, para o concelho de Montemor, nós precisávamos do dobro das unidades que actualmente estão disponibilizadas, só que o problema é que não havia dinheiro para mais. Portanto, alguns estão a ser comprados directamente pela edilidade, porque entendeu suportar esse valor. Mas, às vezes, nós interrogamos se não devemos fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto do tratamento dos resíduos em situações como esta: a GESAMB vai buscar cartão a Mourão e a minha pergunta é se se justifica ter um carro que apenas carrega 200 quilos dele? E será justo não o fazer e Mourão não ficar com acesso à reciclagem?

Com respeito aos entulhos, o problema é grave e, como tudo o mais, sobra para as autarquias, sendo que a legislação refere que é o produtor que tem que o resolver. Só que o mesmo bate-nos à

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

porta e nós dizemos «dirija-se a tal entidade», que o encaminha para outro lado e assim sucessivamente. Perante isto, o produtor acaba por despejar os materiais nas bermas das estradas. E, agora, a pergunta que se pode fazer é: então o que é que faz a câmara? Mas os municípios, neste momento, até podem ser multados por tratarem determinados resíduos, porque têm eles próprios que se licenciarem para o efeito. Em suma: eu acho que as questões de política ambiental exigem que nós ouçamos um conjunto de pessoas, sobretudo aquelas que têm mão na «massa», para podermos encontrar, dentro dos níveis de organização e dos recursos que temos disponíveis, as melhores maneiras de preservar o ambiente".

Respondendo às inquirições formuladas pelo Sr. J. Valverde, o Sr. **Jorge Quintas** explicou depois: "*O aterro não foi edificado na herdade da Pereira porque teve parecer desfavorável do Ministério do Ambiente nesse sentido e não poderíamos ir contra isso, mas eu chamo a atenção que a dita sofria do problema dos pássaros e em virtude de se situar muito próxima do aeródromo, poderia ocasionar um conjunto de situações altamente preocupantes, para além de ter impactos muito significativos a nível das águas subterrâneas.*

Quanto ao estudo de avaliação de impacto ambiental, de facto ele não foi efectuado, na medida em que a lei não o obriga para este tipo de infra-estruturas com a capacidade do aterro de Évora. No entanto, nós tivemos o cuidado de solicitar, no concurso público internacional que realizámos, a cada um dos concorrentes que apresentasse, com a sua proposta, um estudo de incidências ambientais, relativamente à solução preconizada, sendo que o resultado dessa análise foi tida em conta na fase de execução do projecto. Faço notar que a infra-estrutura foi objecto dum processo de consulta pública durante o licenciamento ambiental, não tendo sido apresentada qualquer reclamação.

Por outro lado, o rácio de habitantes por ecoponto no sistema de Évora é significativamente elevado, apesar de todas as faltas reconhecidas devido à estrutura de povoamento da nossa zona.

Ainda acerca dos entulhos, foi aqui discutido o assunto de a AMDE ter recebido uma grande quantidade deles durante um determinado período, mas eu creio que prestámos um serviço extremamente assinalável à comunidade, porque senão nós tínhamos hoje centenas de lixeiras à volta de Évora".

Adiante prestou esclarecimentos o Sr. **João Paulo Fernandes**, nos seguintes termos: "*Sobre o problema das aves, foi aqui referido como é que se tenta controlá-lo, através de espantalhos, ruídos, etc.. Tanto quanto eu conheço doutros sistemas no país, o método que é apontado como funcionando melhor é a presença permanente duma ave de rapina. E só para terem uma ideia, tal processo custa qualquer coisa como 5.000 euros/mês.*

No domínio da matéria orgânica, eu queria manifestar uma preocupação: o facto de os eborenses terem começado a produzir, a partir de 1995, lixo duma forma imprevisível, neste momento coloca o sistema perante uma dificuldade muito grande no cumprimento da lei, uma vez que a respectiva directiva relata que «o máximo que pode ser posto em aterro em 2016 será 35% do que se colocava em 95». Ora, se hoje se está a gerar 175% mais, a percentagem de matéria orgânica que tem que ser tirada dos resíduos terá que ser muitíssimo maior, ou seja, quando a directiva foi feita, a redução para 35% era vista como tecnicamente exequível, pelo que agora estamos obrigados, perante a Comissão, a efectuar uma diminuição muito mais violenta do que aquela que foi projectada inicialmente.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

No contexto dos ecopontos, os dados foram muito bem apresentados, sendo que a capitação pode estar certa, mas o problema é que as distâncias são grandes. Está provado que as pessoas não andam mais do que 50 metros para chegarem aos depósitos e o ideal seria termos estes equipamentos a servirem núcleos num raio da citada longitude.

Quanto aos entulhos, penso que devemos ultrapassar o diálogo de surdos, isto é, uma vez que a lei diz que «é o produtor que tem que tratar do assunto», eu subentendo que é o mesmo que tem de ir comprar às empresas de recolha, que já existem, o trabalho. O problema é que, havendo firmas no mercado português que aceitam os aludidos materiais, elas vendem este serviço e depois não têm que ir comprar o serviço de deposição a parte alguma, porque ninguém as controla no destino final. Só que os exemplos que aqui foram apresentados reportam-se aos pequenos e médios produtores e aí a abordagem teria que ser diferente, a qual poderia ser exercida por um intermediário, nomeadamente o poder local. Agora, existe um aspecto que as câmaras já deveriam ter equacionado há algum tempo, quer no contexto dos velhos PDM's, quer, fundamentalmente, ao nível dos novos, que já deveriam estar claramente em processo de elaboração, que é o facto de que já deveriam estar a ser localizados os sítios adequados para a construção de depósitos para entulhos. Por exemplo, a câmara da Chamusca, no quadro de aterro sanitário da RESITEJO, contratualizou com o IEFP a atribuição de um subsídio para que toxicodependentes em recuperação fossem desmanchar determinado tipo de monos, que se fossem para aterro causariam problemas, a fim de serem valorizados doutas formas, designadamente em móveis e em colchões. Isto significa que temos que olhar estas coisas de frente e tomarmos iniciativas para resolver estes casos".

"*Eu relembro que a legislação em causa já existe desde 1997 e também considero importante que nesta nova geração de PDM's venha a ser prevista a localização de espaços para colocação dos inertes, sendo que no Alentejo há bastantes lugares, designadamente pedreiras abandonadas, onde eles poderão ser depositados em boas condições. Penso que estas questões podem ser resolvidas de uma maneira relativamente fácil. Obviamente que não compete às autarquias solucionar todos os problemas da sociedade, mas se os casos dos entulhos têm sido resolvidos nos outros países, porque razão isso não poderá acontecer em Portugal? Se esta matéria lá fora dá dinheiro aos empresários, porque é que nós cá não conseguimos arranjar quem entre nessa linha? Daí eu ter dito, há bocado, que as autarquias deveriam dar um pequeno contributo neste sentido. Além do mais, existem dinheiros comunitários, no âmbito do PORA e do Ministério da Economia, para o efeito, possuindo este organismo linhas de financiamento para privados*", proferiu e inquiriu posteriormente o Sr. **Nuno Lecoq**.

Posto isto, o Sr. **Jorge Garcia** adiantou: "*A herdade da Pereira foi recusada porque fica situada na direcção dos dois concelhos que não estavam abrangidos por este sistema de tratamento de resíduos, o que obrigaria a mais uns quilómetros de deslocação, sem razão nenhuma, para a maioria dos municípios que estão situados a norte, este e oeste de Évora. Por outro lado, encontra-se muito perto do aeródromo municipal e seria expectável surgir o problema com os pássaros, o que poderia pôr em causa o voo das aeronaves. No inverno, o local fica muito encharcado, o que traria problemas acrescidos, em termos do controle da qualidade das águas e do sistema de protecção. Portanto, a rejeição daquele espaço deveu-se apenas a motivos técnicos.*

A opção pela herdade da Alfarrobeira foi também baseada em critérios técnicos, tendo sido efectuada uma grelha de análise, que utilizou 12 ou 15 parâmetros diferentes (geologia,

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

hidrogeologia, morfologia do terreno, afastamento de habitações, vias rodoviárias, etc.), todos pontuados de 0 a 5, obtendo-se depois uma classificação final.

Com respeito ao tempo de vida útil do aterro, deixem-me dizer-vos que apesar do ambiente não ser uma ciência exacta, há uma coisa que o é: quanto maior for a quantidade de materiais que nós retirarmos das células do dito mais tempo ele dura, ou seja, quanto melhor for a reciclagem mais tempo vamos demorar a ocupar o seu espaço. Se isto acontecer, se calhar, a infra-estrutura sempre vai durar os 15 anos inicialmente previstos.

Ainda neste domínio, o aterro de Évora está autorizado, pelo Instituto dos Resíduos, para receber lixos industriais banais e quando forem criados outros locais para o mesmo fim, ele ficará impedido de os aceitar e isso também vai contribuir para aumentar o seu período de vida.

Sobre os aspectos concretos técnicos do metano, a lei obriga à sua queima, porque é um gás com efeito de estufa e, portanto, prejudicial para o ambiente, só que o biogás só pode arder quando atinge um certo teor de metano e de hidrogénio, sendo que ele poderá ser queimado se se lhe introduzir combustível. É uma opção que custa dinheiro, mas que é viável. Se for essa a decisão da GESAMB, nós aprovaremos.

No que se reporta aos lixiviados, eles estão controlados e resultam da passagem da chuva pela massa de resíduos, ou seja, a água lava-os e arrasta os seus poluentes, principalmente os que estão na matéria orgânica, que é facilmente degradada. Quando se retirar essa matéria orgânica do aterro, a carga poluente do lixiviado vai diminuir e vai ser menos perigosa. O tratamento de águas residuais é um processo complicado e mesmo com sistemas eficazes podem ocorrer pequenas falhas que levem a que, pontualmente, uma parâmetro ou outro seja ultrapassado.

Quero assinalar que foi realizado um estudo de impacto ambiental na herdade da Alfarrobeira, o qual, por força da lei, não havia necessidade se ser efectuado.

Por outro lado, informo que a CCDR desconhece, neste momento, qualquer intenção de se usar a pedreira do Monte das Flores para receber resíduos perigosos.

Para terminar, garanto que não é verdade que nós demoremos muito tempo a aprovar os projectos referentes aos entulho, simplesmente a lei tem prazos, que nós temos que cumprir. O que acontece é que, na generalidade dos casos, os planos que entram estão pessimamente instruídos e é preciso pedir dezenas de esclarecimentos, elementos, etc., cujas respostas nunca mais vêm. É importante que se entenda que há empresas especializadas em produzir esse tipo de trabalhos, as quais devem ser contratadas e responsabilizadas pelos mesmos, porque não é a um construtor civil que compete essa tarefa. A questão é que não aparecem projectos de licenciamento para deposição de inertes, mas existem alguns exemplos, como um da câmara municipal de Alandroal, que tem um aterro aprovado por nós, e um do município de Montemor, candidato ao programa LIFE, para estudo de reaproveitamento dos britados de resíduos de construção e demolição. Neste caso, como no dos lixos industriais, cabe ao produtor responsabilizar-se pelo seu destino, mas isso não significa que ele seja obrigado a ter um aterro. O que sucede é que o dito entrega-os a empresas da especialidade, existindo já centenas em todo o país e constam da página do Instituto dos Resíduos".

Voltando ao uso da palavra, o Sr. **João Paulo Fernandes** noticiou: "*Nos termos da legislação aprovada, os lixos industriais perigosos têm que ser tratados em centos integrados de recuperação e valorização devidamente autorizados, sendo que o plano nacional decidiu que haveriam apenas dois: um a norte e outro a sul de Coimbra, ficando este situado, tanto quanto é do meu conhecimento, no concelho de Chamusca, onde já há terrenos reservados para esse efeito*".

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Entretanto, o Sr. **Jorge Garcia** acrescentou ainda: "*Os aterros de resíduos perigosos são licenciados pelo Instituto dos Resíduos, havendo necessidade dos interessados munirem-se de dois documentos fundamentais: uma certidão de localização de compatibilidade com o PDM, passada pela edilidade, e uma certidão de afectação dos recursos hídricos, passada pela CCDR, sendo de realçar que nós salvaguardamos sempre os aspectos ambientais antes de qualquer decisão*".

Concluída a audição, o Sr. Presidente voltou a agradecer às entidades que se prontificaram a participar neste debate, cujos esclarecimentos classificou de muito úteis, pela objectividade manifestada.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Transitou-se posteriormente ao período legal reservado ao público, tendo-se verificado uma intervenção do munícipe **José Faustino Rebocho**, que proferiu: "*Convido o Sr. Presidente da J. F. da Horta das Figueiras a visitar a zona dos eucaliptos próxima do Bairro da Casinha, para verificar a quantidade de entulhos que são lá deixados. O citado autarca enviou-me um ofício por causa do mau caminho que lá está, mas o que é certo é que as pessoas não vão despejar os inertes no aterro intermunicipal e fazem-no no referido bairro. Sou sócio-gerente da Casa de Repouso «**A Casinha**» e tanto eu como os meus familiares somos vítimas dos despejos constantes de lixos e entulhos que lá se praticam*".

Dado que mais ninguém desejou falar, o Sr. Presidente deu por terminada a sessão pela uma hora e quinze minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 26/02/05, por maioria com 19 votos a favor e 9 abstenções)

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame